



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**Comissão Mista de Orçamento e Metas**

Ofício nº 02/2009  
Da Comissão Mista de Orçamento e Metas  
Reitor Roberto de Souza Salles,

Niterói, 4 de dezembro de 2009.

A Comissão Mista de Orçamento e Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional encaminha pelo presente a Proposta de Programas Institucionais e Distribuição de Recursos para o exercício 2010. O documento inclui uma planilha resumo com os programas finais por Pró-Reitoria e Superintendência, com os recursos divididos em custeio e capital, além do detalhamento de cada programa e da memória de cálculo do processo de avaliação.

O processo de avaliação dos programas para o exercício de 2010 foi realizado por uma subcomissão instituída para este fim no âmbito da Comissão Mista e tendo como referência o Edital publicado em 13 de outubro de 2009 (Anexo 1). O referido edital estabelecia os termos de referência para a elaboração dos programas pelas pró-reitorias e superintendências, introduzindo este ano, além do conceito de programas induzidos e da separação do Programa Infra-Unidades do âmbito da PROPI (embora sua execução continue sendo feita por aquela pró-reitoria), o conceito de teto de crescimento dos diversos proponentes com a respectiva fórmula que vinculava notas com volume de recursos por proponente.

Os diversos programas foram avaliados, a exemplo do que acontecera na avaliação dos programas do REUNI em 2008, por ao menos 10 avaliadores segundo os critérios previamente estabelecidos de relevância, alinhamento com o eixo central do PDI, relatório de execução de programas já existentes, grau de impacto de programas novos, metodologia e transversalidade do programa. Finda a fase preliminar o resultado global era apresentado em plenária aos avaliadores que, no caso de ocorrência de discrepâncias que indicassem falta de informação, poderiam alterar a sua nota.

O orçamento global dos programas para o PDI 2010 foi estabelecido em R\$ 13 milhões o que criou um horizonte de planejamento no qual os proponentes podiam apresentar programas que superassem seus respectivos tetos de 2009 em até 22%. Esta sistemática permitiu uma primeira seleção interna dos programas pelos próprios proponentes.

Feita a avaliação e respectiva alocação de recursos, a Comissão Mista apresentou os resultados finais para os proponentes através de uma planilha que indicava as notas e a faixa de valor por programa (Anexo 2). Os proponentes eventualmente poderiam não se fixar na faixa desde que apresentassem justificativa por escrito para tal.

Ao longo da discussão ficou evidente que o processo de formulação e avaliação dos programas desenvolvido pela Comissão Mista, conquanto satisfatório na delicada tarefa de alocar recursos escassos para programas relevantes, poderão seguramente ser aperfeiçoados para o ano de 2011 conforme várias linhas de propostas discutidas e apresentadas nas reuniões de avaliação. De qualquer forma aqui está o resultado de um trabalho técnico desenvolvido com cuidado e atenção pela Comissão Mista de forma a apresentar ao Conselho Universitário os elementos necessários para a sua tomada de decisão tecnicamente embasada.

Atenciosamente,  
Emmanuel Paiva de Andrade  
Presidente da Comissão Mista de Orçamento e Metas